

CARLOS FORTUNA

PATRIMÓNIO COM FUTURO...OU SOBRE A RESILIÊNCIA DAS CIDADES

HUGUES DE VARINE

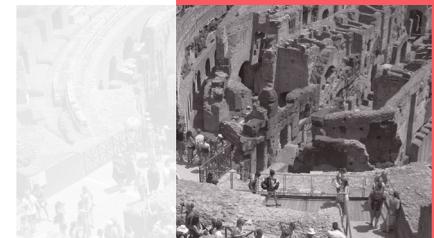
MUSEU, CIDADE E TERRITÓRIO

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

ARQUEOLOGIA 2016 - UM INVENTÁRIO DE DESILUSÕES?

JOÃO SEIXAS

A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO



REVISTA PATRIMÓNIO NÚMERO QUATRO DEZ. 2016 15€

DAVID SANTOS

O MUSEU INIMAGINADO. MEDIAÇÃO E COLEÇÕES ONLINE - O CASO DO RIJKSMUSEUM

NUNO GRANDE
ROBERTO CREMASCOLI

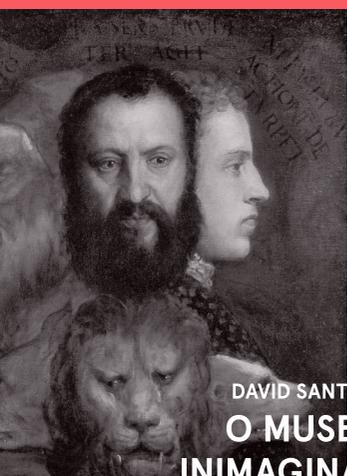
VIZINHANÇA: UM PATRIMÓNIO AMEAÇADO NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA

AS LAVADEIRAS DO MONDEGO E A DIGNIDADE DO INSTANTE: DUAS LEITURAS SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO

RAQUEL HENRIQUES
DA SILVA

MUSEUS INCLUSIVOS: CONHECER PARA VER



As lavadeiras do Mondego e a dignidade do instante: duas leituras sobre a questão do património

José António Bandeirinha

Departamento de Arquitetura,
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Partindo do comentário a uma encenação etnográfica da barrela das lavadeiras do Mondego, uma atividade da qual ainda há memória viva, pois só terminou em meados do século xx, o texto pretende refletir sobre a condição contemporânea do *património*, sobre a circunstância etimológica do próprio conceito e, sobretudo, sobre os limites temporais e espaciais daqueles bens aos quais as comunidades reconhecem estatuto patrimonial. Para isso,

recorre analiticamente a dois textos fundamentais: um de Fernando Távora, *A lição das constantes*; e outro de Manfredo Tafuri, *La dignità dell'attimo*. É então a partir dessas leituras e dos significados da encenação etnográfica da barrela que se tenta contribuir para a construção de um elenco crítico da problemática que, no mundo contemporâneo, é inerente à gestão dos bens que designamos por *património*.



Lavadeiras do Mondego. MNAC, Adelino Lyon de Castro, 1950.
Luísa Oliveira/DGPC/ADF.

«Quem quiser pode vir para aqui esfregar», desafiou Isabel Batista. Saia comprida já molhada, lenço na cabeça e avental colocado, os pés na água do Mondego a amenizar uma tarde tórrida, batia com a roupa na pedra, esfregava e voltava a passar no rio que corre limpo na praia fluvial de Palheiros e Zorro.

Assim comentava a imprensa local a encenação de uma atividade da qual ainda há memória viva, pois só terminou em meados do século xx – a barreira das lavadeiras do Mondego (Trindade: 2016, p. 3). Era uma atividade comum, embora tecnicamente complexa, e tinha determinadas características que importa realçar.

Em primeiro lugar, era um serviço prestado aos habitantes da cidade de Coimbra, era, portanto, uma atividade económica e dela dependiam umas dezenas, senão centenas de pessoas. Depois, importa também referir que se tratava de um serviço requisitado pelos habitantes urbanos aos habitantes da periferia rural da cidade, contratado por aqueles que tinham mais posses àqueles que sobreviviam no limiar da miséria. Ainda não estava generalizado o comércio de lavandarias e a cidade densa não tinha condições para disponibilizar espaço e água em abundância para este serviço. Máquinas de lavar não havia ainda e mesmo os tanques de lavagem, que começavam a ser equipamento indispensável em qualquer habitação urbana, eram claramente insuficientes para lavar toda a roupa de dentro de uma boa casa burguesa, com os seus jogos de lençóis, jogos de toalhas de mesa e os mais diversos bragais.

Por outro lado ainda, a cidade do início do século xx em Portugal correspondia a um espaço perfeitamente delimitado e confinado. Embora, na maior parte dos casos, já não houvesse a linha de muralhas, havia um limite claríssimo de legibilidade entre a cidade e o campo, quer do ponto de vista espacial, quer do ponto de vista sociológico. O subúrbio que conduziria à indução da ideia contemporânea de metrópole só se começaria a esboçar na década de 1960, em Lisboa. Já depois de 1976, com a ascensão aos meandros do poder uma elite tecnocrática, formada e desenvolvida ao longo da década anterior e, com a entrada em cena dos grupos de influência do Porto, viria a ganhar uma dimensão bipolarizada e hegemónica.

Mesmo que desdenhemos da sua importância e do seu significado, é sabido que convivemos lado a lado com as recreações etnográficas e ou históricas, quer com aquelas que encenam situações das quais ainda há memória, por vaga que seja, quer com aquelas que são fantasiosamente inventadas de acordo com um padrão ficcional que pode ter origem nas mais diversas fontes, literárias, ilustrativas, cinematográficas, etc. De um lado, portanto, as encenações etnográficas, com mais ou menos rigor na *mise en scène*, com as indumentárias musealizadas ou reinventadas, com a evocação de rituais de trabalho ou de celebração. De entre elas, as mais comuns são as que re-

sultam da atividade das associações de índole etnográfica, os também chamados *ranchos folclóricos*. Do outro lado estão as recreações de feitos ancestrais relatados pela história ou pela literatura, as encenações de batalhas célebres, de torneios, de cortejos e demais cerimónias ritualizadas. Mesmo as designadas feiras medievais, cujo êxito e difusão não deixam de ser notáveis, se podem enquadrar neste conjunto de evocações.

Trata-se portanto de um tipo muito comum de rituais, que inevitável e ciclicamente se repetem, sendo muitos deles mesmo trabalhados estação após estação, ano após ano, pelas mesmas companhias, pelos mesmos grupos de atores, atrizes e figurantes.

Regressando à barreira do Mondego, encenada em pleno século XXI, o que pode estar em jogo com esta evocação? Que tipo de memória se pretende celebrar?

O pretexto principal é o da passagem de testemunho de um saber ancestral, de uma técnica artesanal considerada altamente eficaz nos seus propósitos, mas também podemos considerar todo o potencial de ritualização. Para que esta atividade fosse possível, as lavadeiras e os respetivos cônjuges passavam as noites cálidas de Verão no areal junto à água, a fim de evitar que a roupa dos seus clientes fosse alvo de pilhagem (Monteiro: 2016, p. 3). Há, contudo, algumas outras circunstâncias que não devem ser esquecidas. Uma dessas é, sem dúvida, o facto de as personagens pertencerem a uma comunidade de descendentes diretas das antigas prestadoras de serviço e uma delas ter mesmo participado nesta atividade, quando ela ainda não era um ritual. Para além do garante de veracidade que essa condição traz à prática agora recriada, a encenação contemporânea não deixa assim também de celebrar a ritualização e, portanto, o fim de um trabalho árduo e extenuante, mal remunerado, tantas vezes sem sequer o reconhecimento devido à qualidade atingida. Celebra o fim da condição das lavadeiras, agora reconduzidas ao papel de personagens de um ritual, um papel que exorciza, além do mais, as difíceis circunstâncias sociais que em tempos foram vividas pelos membros mais velhos da comunidade.

Antes de tirar da garagem o carro que a irá levar ao areal do rio, Maria do Carmo – nome fictício – tem a casa limpa e arrumada e deixa uma máquina de lavar com a roupa da semana. Assim, quando regressar da barreira, já tem as tarefas domésticas em ordem. Depois, é só ligar a máquina de secar e passar a ferro. Graças à sua nova máquina e ao novo detergente que comprou no hipermercado, há uma certa segurança na qualidade do serviço e fica assim com mais tempo livre para o ritual da lavagem de roupa no rio. Há também um inegável fascínio pela modernidade, pelas tecnologias, que leva a esta ritualização. Quanto mais depressa patrimonializarmos – e agora vou começar a usar o termo – a barreira, mais longe sentimos o tempo em que ela era uma atividade de trabalho, de sobrevivência. Virilio explica-nos que há uma certa urgência em nos afastarmos das nossas condições humanas ancestrais: «*Nous avons vu au XIX^e siècle, comment l'homme était descendu du cheval pour monter dans le train, et ceci à l'époque où il se découvrirait curieusement descendant d'un simiesque anthropoïde...*» (Virilio: 1984, pp. 40-41). A humanidade reclama um tanque em cada casa para que as mulheres não tenham de ir ao rio, depois uma máquina de lavar elétrica, depois serviços expressos de lavandaria em cada esquina, tudo para se afastar das grandes dificuldades e dos constrangimentos de outrora, tudo para fugir à condição de descendência do macaco, segundo Virilio.

Na verdade, e salvaguardando devidamente os anacronis-

mos tecnológicos, hoje em dia as pessoas que participam nesta encenação da barreira têm, de um modo geral, condições sociais tidas como equivalentes às daquelas que outrora lhes encomendavam o serviço e essa evolução, no sentido moderno do termo, deve ser celebrada. Ora, a melhor maneira de o celebrar é, como sempre aconteceu nos rituais performativos, encená-los e ritualizá-los. Quer se trate de um desfile do nordeste do Brasil, um Maracatu, ou mesmo um auto de Gil Vicente, vemos escravos que se vestem de senhores para tocar e dançar e jograis que encarnam cavaleiros decadentes para escarnecer. Pelo menos durante aqueles momentos e no espaço mais ou menos limitado da cena, os servos não serviram, libertaram-se para aprisionar a atenção de quem os via e de quem os escutava. Houve subversão momentânea de perpétuos jugos. Houve tempos e lugares em que as formas, os valores, os poderes, as instituições, as dores, os folgares, e tudo o mais, se espelhavam sem o ser. Eram representados. Mesmo que a encenação da barreira fosse só um desses momentos, num desses espaços, já me parece que foi útil para uma infinidade de coisas. Muitas mais do que aquelas que a qualidade da lavagem no rio e os bons momentos passados em conjunto possam eventualmente sugerir.

Patrimonializar a barreira tem aqui um sentido de libertação da condição anterior, da condição de vida e da condição social. Na época das lavadeiras, esta última estava também intimamente relacionada com a diferença entre a condição rural face à condição urbana. Mais do que uma condição era um estatuto que rotulava e tantas vezes estigmatizava. A passagem desse estatuto rural para o estatuto urbano era um objetivo difícil de atingir. Aliás, tão difícil que uma considerável percentagem da população rural portuguesa consegue-a, no período do pós-guerra, emigrando para um mundo urbano exterior a Portugal.

Hoje em dia as diferenças entre essas condições, rural e urbana, estão diluídas, não porque se tenham aproximado mas porque quase que desapareceram, amalgamando-se numa outra, que não está tão presa a um estatuto mas que é mui-

to mais homogênea e hegemónica, a condição suburbana. Os centros das cidades esvaziaram-se quase tanto como as aldeias do interior, as suas culturas próprias e intrínsecas, diretamente deduzidas da vida comunitária intensa e da densidade populacional, sucumbiram perante a voragem da homogeneização mediática metropolitana. É por isso que quer uma quer outra destas condições necessita da patrimonialização de todos, ou quase todos, os momentos-fetiche da sua condição anterior.

Já no que diz respeito ao chamado património edificado, a diferenciação que podemos estabelecer é de uma ordem substancialmente diferente. Desde logo, temos de apelar àquela que já foi estipulada por Françoise Choay no quadro da sistematização crítica tendente a um combate em favor da aproximação estrutural entre o património antigo, atual e futuro, e contra a anilose das conceções demasiado institucionalizadas. É uma sistematização que, pese embora centrar-se fundamentalmente sobre o quadro cultural e administrativo francês, tem a grande vantagem de situar o problema, de incidir sobre as suas contradições e sobre a artificialidade dos seus consensos. Choay distingue então o *monumento histórico*, aquele cujo valor é essencialmente evocativo, tal como no caso da barreira do Mondego, e o *monumento estético*, cujo valor está de sobremaneira relacionado com aquilo que podemos designar como as suas qualidades espaciais e arquitetónicas (Choay: 1992 e 2009).

Mas há também a considerar a dimensão etimológica do termo que, de um modo genérico, tem designado os monumentos a proteger pelas comunidades e, mais tarde, toda uma plêiade de manifestações culturais cuja preservação é tida como necessária – *património*. Enriquecido pelo adjetivo cultural, o termo é lançado em França por André Malraux, em 1959, aquando do seu mandato como Ministro de Estado encarregado dos assuntos culturais. É usado desde logo no texto que enquadra a missão da sua pasta ministerial (Choay: 2009, p. 35).

Sob o ponto de vista etimológico, o termo latino *patrimonium* tem uma conotação eminentemente relacionada com a posse, ou seja, representa aquilo que nos é legado pelo pro-



←
Coimbra, Portugal, vista parcial.
Postal ilustrado da década de 1960.
Autor desconhecido.

genitor – *pater*. Mas se a palavra património sugere, inquestionavelmente, a ideia de posse, de propriedade, de bem que se possui por herança, é o próprio étimo latino remoto – *pater* – que já contém em si essa ideia de estatuto de proprietário, um estatuto que temos por familiar, mas que na verdade representa, essencialmente, uma condição jurídico-administrativa, aquele que tem direito a ter propriedades.

Ora, por um lado, o património representa algo que vem até nós por direito, não por que o tenhamos criado, construído, adquirido ou conquistado. Por outro lado, está profundamente relacionado com a propriedade, com a posse, e embora na contemporaneidade lhe demos uma dimensão de propriedade coletiva, de pertença a uma comunidade, na verdade a posse representa um sentido distintivo: os que têm não são iguais aos que não têm. De resto, e historicamente, a quantidade e a qualidade daquilo que cada um possui foi, e ainda é, o fator mais influente na afirmação das desigualdades e na interdição das igualdades.

Mas independentemente da maior ou menor influência que, do ponto de vista sociológico, esta conotação semântica possa ter nos modelos culturais de construção da ideia de *património*, há, no meu entendimento, uma outra particularidade de peso inscrita nesta sua circunstância etimológica. Aquilo que é propriedade de alguém, o objeto da posse, por mais vasto que seja, é delimitado, tem um limite – o limite da propriedade. Não existem posses que não sejam mensuráveis, que não possam ser objeto de inventariação. A existência de um limite é, portanto, uma condição arraigada no património.

Aquilo que as sociedades contemporâneas, mormente as de influência cultural europeia, designam genericamente por património também corresponde, na maior parte das vezes, a um bem perfeitamente delimitado, quer no espaço – a praia fluvial do Mondego onde a comunidade ribeirinha encena a barreira – quer no tempo – um dia por ano em que a encenação tem lugar.

Sabemos bem quanto se esforçaram e se esforçam as instituições que gerem esses bens, quer as antigas quer as atuais, para obviar os efeitos perversos desta condição congénita – *zonas especiais de proteção, áreas tampão, envolventes almofadadas, delimitação do centro histórico, etc., etc.* – mas, na verdade, esses esforços só existem porque a condição de limite é inerente à classificação de algo como património. São, portanto, a melhor prova dessa condição etimológica imanente.

Com Távora aprendi que o respeito pelos espaços da nossa memória cultural, pessoal ou coletiva está indissociavelmente ligado às suas qualidades arquitetónicas e ambientais – aquilo que Choay chamaria *monumento estético* – tanto quanto o está à sua inserção num quadro de continuidade cósmica, cujos limites são impossíveis de estipular. Quer os limites no espaço, quer os limites no tempo. Daí essa devoção de Távora à modernidade: «A modernidade manifesta-se na qualidade, na exactidão das relações entre a obra e a vida. Sendo diferentes as condições, serão diversas as soluções – mas deve ser comum a natureza das relações» (Távora: 1952, p. 155). Não é possível delimitar o fim e o princípio dos bens *patrimonializáveis*, a memória que as comunidades valorizam está, normalmente, associada à sua localização. Essa localização não pode ser considerada de modo autónomo, ou segregado. Depende de todo o sistema de relações espaciais e ou sociais que os bens em causa estabelecem. Onde começam e onde acabam as influências desse sistema de relações é algo muito difícil, se não impossível, de determinar, e a individualidade do bem é,

muitas das vezes, uma condição para se poder institucionalizar a sua patrimonialização.

Sim, reconheço que os bens que vamos considerando como *património* são, individualmente, cada vez mais abrangentes, cada vez mais integram, dentro de limites de razoabilidade, a envolvente urbana, territorial ou social que lhes confere valor e que os enaltece. Mas essa envolvente é necessariamente confinada, na maior parte dos casos demasiado confinada. Na totalidade dos casos não consagra, não pode consagrar, toda a verdadeira razão de ser do bem, ou do monumento.

Que seria da capela de Notre Dame du Haut sem a densa floresta que cerca a elevação onde se implanta? Que seria dessa floresta sem a capela de Notre Dame du Haut?

Que seria da Mata do Buçaco sem as colinas vinhateiras da Bairrada que se espriam a seus pés? Que seria das vinhas sem a moldura do Buçaco?

Que seria do centro de Évora sem a planície alentejana? Que seria da planície envolvente de Évora sem o manto da cidade a coroar aquela colina específica?

Que seria da floresta laurissilva da Madeira sem as cotas mais baixas da ilha? E sem o Oceano Atlântico?

Que seria da Universidade de Coimbra sem a cidade, sem o país, ou sem o mundo que a contém?

Se bem que haja uma clara evolução nas tendências para a inclusão, para uma visão mais alargada dos bens patrimoniais, não somente enquanto objetos isolados, mas enquanto partes integrantes de um sistema referencial mais vasto, a verdade é que a sua condição de elementos diferenciados lhes confere, inevitavelmente, um carácter de individualidade que tende, quer queiramos, quer não, para o isolamento, para a proteção, para a redoma.

Mas esse sistema referencial não é apenas espacial, há uma cadeia humana que conduz as constantes através do tempo, com crises, paragens e interrupções mais ou menos dramáticas, é certo, mas essa cadeia também não tem, não pode ter, limites. E tantas vezes nós ouvimos, quase sempre disparatadamente, referir esses limites – *do século XVIII para trás... com mais de cinquenta anos... só até à revolução industrial...*

O tempo não é, nunca foi, nem nunca poderá ser condição de inclusão ou de exclusão. Não existe respeito pela memória coletiva se não acreditarmos na existência ilimitada dessa cadeia humana que a construiu, quer a sua construção seja cultural ou material. Criar limites a essa cadeia é negar a própria ideia de memória. É, pois, desrespeitá-la.

Fazendo uso da mesma metáfora urbana e espacial – a Praça de São Marcos, em Veneza – Fernando Távora e Manfred Tafuri referiram-se a esta questão. É bom de ver que os seus propósitos não eram os mesmos, que os tempos em que escreveram também foram muito diferentes, que mesmo a argumentação usada não tem nenhuma relação recíproca e, no entanto, é também possível observar em ambos uma abnegada e comum incidência na ideia de continuidade temporal.

Távora refere a praça veneziana como «um exemplo típico de diversidade formal e de qualidade permanente» (Távora: 1952, p. 155) porque, independentemente do tempo em que cada um dos tramos edificados que a compõem foi construído,



Allegoria della Prudenza, oficina de Ticiano, c.1550-1565. The National Gallery, Londres. Gettyimages.



e alguns séculos de diferença existem entre estes, o que valeu sempre foi o reconhecimento da qualidade do conjunto. E este conjunto, acrescento eu, deve ser entendido como todo o organismo urbano da cidade lagunar na sua integridade. Távora releva a importância da qualidade do todo em detrimento da época e do contexto temporal, o que interessa é «a semelhante atitude que presidiu à sua concepção». O que interessa é aquilo que não nomeamos, mas que bem conhecemos, é a arquitetura e a qualidade do espaço.

Numa aula magistral que profere na sua universidade em 1994, Tafuri refere-se de igual modo à modernidade da Praça de São Marcos e classifica-a mesmo como «a primeira praça moderna» (Tafuri: 1994, p. 20), mas vai socorrer-se de outros exemplos para nos falar sobre o instante – *attimo* – e sobre o seu significado na contemporaneidade, sobre a sua dignidade perdida, para, em suma, nos fazer tomar consciência dessa perda e de como as obras de arte atuais se empenham em a reevocar de um modo impiedoso. Veneza, neste caso, não é tanto um exemplo, como o quadro a partir do qual nós, a humanidade contemporânea, melhor poderemos entender, ou reencontrar, essa relação perdida com o instante, esse enlevo que já não temos para com a unidade ínfima de medida do tempo. Para isso usa o exemplo do Plano Obus para Argel, de um Le Corbusier que se propõe domar o tempo moderno pelo modo como põe em evidência o Casbah. Mas sobretudo

do usa uma tela de Ticiano para melhor nos dar a entender as metáforas do tempo, que tornam perfeitamente congruentes os espaços venezianos. Trata-se de *L'Allegoria della Prudenza*, um óleo com um *tricipitium* que representa as faces de um velho, de um homem maduro e de um jovem, enigmáticamente sobrepostas aos focinhos de um lobo, um leão e um cão, respetivamente.

Estas três representações simbolizam o tempo presente que, instruído pelo conhecimento do tempo passado, atua com prudência por receio que o futuro possa arruinar os seus atos (Panofsky: 1955, pp. 148-149). Ou seja, Tafuri pretende fazer-nos compreender o modo – que classifica como eminentemente veneziano – de viver cada instante, de estar na abstração a que chamamos presente. Um modo tão intensamente ciente do passado que nos permite encarar o futuro sem qualquer receio que ele – presente – corra o risco de vir a ser arruinado. Assim encarado, o presente revestir-se-á de uma dignidade absoluta, se bem que intrínseca e natural. Como respirar, diria Távora na sua inabalável fidelidade à condição humana.

A única maneira de o presente respeitar aquilo que designamos como *património* é construir continuamente nova arquitetura, sempre na procura incessante da qualidade, investindo permanentemente na dignidade do momento da criação, na *dignità dell'attimo*. Mas essa criação deve conter em si o passado, deve incluir a história num todo hiperestésico para

pensamento

melhor prevenir o futuro, sempre o futuro. Se se deixa prender na obsessão de um tempo preciso, de um tempo único, cai no labirinto dos limites.

Veneza é moderna porque condensa em si esse sonho, essa utopia de si mesma, é o que nos diz Tafuri, e é o que Távo- ra já tinha intuído refletindo sobre a praça de São Marcos. Mas o primeiro, profundo conhecedor daquela que também foi a sua cidade, não deixa de manifestar uma preocupação: de- masiada insistência na cristalização dos espaços pode afundar o que há de melhor na alma veneziana. Citando um dos seus mestres de eleição, Sergio Bettini, Tafuri afirma-nos que «*ciò che si preserva, ciò che è nel nostro intimo, ciò che si nasconde, la struttura veneziana, è ciò che conta, e, no reverso, ciò che è li per lo sguardo è propaganda politica, è decorum, è qualcosa che ha a che fare*» (Tafuri: 1994, p. 18). O tempo e o espaço vene- zianos começam a ser tomados de assalto pelo novo tempo, por aquele tempo que Le Corbusier tanto quis domar (Tafuri: 1994, p. 29). Num espaço claramente delimitado pela sua con- dição lagunar, os limites temporais assomam a cada esquina, enquanto a cidade for vivida, serão seguramente vencidos.

Há já mais de vinte anos, Manfredo Tafuri queixava-se da incapacidade das administrações políticas e urbanas não esta- rem à altura do bem que tinham para gerir, «*malgrado quello che possiamo guardare di questa Venezia immobile al di là del- le finestre, immobile e priva di una classe di governo all'altezza dell'altezza dell'oggetto ad amministrare*» (Tafuri: 1994, p. 32). E tratava-se de Veneza.

Fernando Távora, por seu lado e há já mais de sessenta anos, lamentava a incapacidade de perceção da importância real e relativa dos bens que há a preservar, «[c]onfunde-se a Grande Tradição, a tradição das constantes, com pequenas e passageiras tradições» (Távora: 1952, p. 157).

As constantes também se vão revelando através dos pro- blemas que subsistem, e mais ainda através daqueles que se agravam com a passagem do tempo. O *património*, como bem material que é, do ponto de vista etimológico, tem que ser ad- ministrado por quem o possui, pelo(s) seu(s) proprietário(s). Mas para que esses bens possam ser geridos têm de ser iden- tificados, hierarquizados na sua importância relativa, descritos e, muito importante, têm de ser bem delimitados, no tempo e no espaço. Terão?

E é aqui que residem os principais problemas que se lhes deparam hoje. Quem é, quem são os reais proprietários desse património? Quem está à altura da altura do objeto a administrar? Quem decide sobre os limites daquilo que há para preservar?

É a *République* gaullista de André Malraux, com o seu pa- ternalismo moral e cultural, a gerir os bens comuns a todos os cidadãos?

É o *estado* – com letra cada vez mais minúscula – que quer fomentar o *empreendedorismo* na área dos assuntos *pa- trimoniais*, para poder, enfim, fazer o derradeiro *outsourcing* desta gestão, sempre muito incómoda e dispendiosa?

São os *estados fundamentalistas* do Médio Oriente, com as suas convicções demolidoras, que tantas capacidades já re- velaram no Vale de Bamyian e, mais recentemente, em Palmira?

São as *autarquias* municipais, com os seus ritmos eleitorais cronofágicos, com as inerentes tendências populistas para atro- pelar tudo quanto escapa a esses ritmos?

São as descendentes das lavadeiras de Coimbra, com a sua legítima e genuína vontade de cristalizar, logo exorcizar, o passado?

Talvez devamos começar pelo mais simples. Comecemos

por pensar em conjunto na preservação de um bem em ex- tinção acelerada, um bem cujos limites até são relativamente identificáveis, ao contrário de muitos outros. Um bem acerca do qual muito lamentamos a consequência, mas nunca referi- mos a causa: a vida nas cidades, a qualidade, a intensidade e a densidade da vida urbana, que agora se esvaece em detri- mento do sonho hegemónico – requentado e mal remasteriza- do – das metrópoles e das suas extensões suburbanas.

Enquanto o território, de um modo geral, é tratado como *tabula rasa* para extensões pavilhonares, desordenadas e alta- mente dispendiosas, os centros das cidades desdensificam-se e esvaziam-se. A normativa para a sua reconstrução já entrou em caducidade há muito. Está, na maior parte dos casos, ob- soleta, desadequada e desgastada, ainda é herdeira direta do higienismo e do movimento moderno, é incrédula acerca das potencialidades da densidade qualificada, da boa arquitetura que sempre caracterizou a organização espacial das cidades.

Todos os anos, as escolas de arquitetura formam muita gente, gente altamente capacitada que vai trabalhar para fora do país. Quase toda essa gente tem capacidade para projetar densidade, para tornar atrativos os centros e repovoá-los com habitantes verdadeiros, com pessoas que gostam de viver nas cidades, com gente capaz de recriar e renovar a diversidade das culturas urbanas.

Será assim tão difícil pegar nesta ideia concreta?

Ou será melhor passar o tempo a alimentar a lamecha da turistificação do património...?

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, Françoise – *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

CHOAY, Françoise – *Le patrimoine en questions. Anthologie pour un combat*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

MONTEIRO, Zilda – Evento recorda tradição marcante da cidade. Lavadeiras regressam ao Mondego para recriar a «barrela». *O Despertar*. Coimbra: Propriedade António de Sousa (Herd.) Lda., 5 de agosto de 2016, p. 3.

PANOFSKY, Erwin – *Titian's Allegory of Prudence: A Postscript. Meaning in the Visual Arts*. New York: Doubleday Anchor Books, 1955, pp. 147-168.

TAFURI, Manfredo – *La Dignità dell'Attimo. Trascrizione multimediale di Le Forme del Tempo: Venezia e la Modernità. Una lezione di Manfredo Tafuri*. Venezia: Esercizio 03-A, 1994.

TÁVORA, Fernando – *Arquitectura e urbanismo, a lição das constantes. Lusíada. Revista Ilustrada de Cultura*. Porto: Marânus, vols. 1 e 2, 1952, pp. 153-157.

mais tarde editado em:

TÁVORA, Fernando – *Teoria Geral da Organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo a Lição das Constantes*. Porto, FAUP, 1993.

TRINDADE, Andrea – *Entre cantigas e sem canseiras, recordou-se o brio das lavadeiras. Diário de Coimbra*. Coimbra: Diário de Coimbra, 7 de agosto de 2016, p. 3.

VIRILIO, Paul – *L'horizon négatif*. Paris: Galilée, 1984.

<http://malraux.org/biographie/biographie-detaillee/> (consultado em 30 de julho de 2016).

Para além destas leituras, tenho ainda a agradecer ao ilustre filólogo Maurizio Perugi, Professor Emérito da Universidade de Genebra, o privilégio de uma agradável conversa ao longo da qual obtive elucidativas indicações acerca da etimologia dos termos acima referidos.